

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 085/2022
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 012/2022
CONTRATO Nº 017/2022.
PARECER JURÍDICO Nº 025/2023 – LICITAÇÃO/ADITIVO

Processo: / /
FLS:
Rubrica:

INTERESSADO(S): Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Açailândia-IPSEMA.

ASSUNTO: Análise de termo de aditivo contratual.

DIREITO ADMINISTRATIVO. TERMO ADITIVO. PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 017/D-012/2022, CELEBRADO ENTRE O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE AÇAILÂNDIA - IPSEMA E A EMPRESA FENIX .COM CONTEUDO E TECNOLOGIA LTDA-EPP DA, POSSIBILIDADE LEGAL ANÁLISE DE MINUTA. ART. 38, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 8.666, DE 1993.

I. Relatório

Trata-se de solicitação encaminhada a esta Assessoria Jurídica, na qual requer análise jurídica acerca legalidade do texto da minuta do Termo Aditivo de prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 017/D-012/2022, de 25 de agosto de 2023, entre o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE AÇAILÂNDIA - IPSEMA e a empresa FENIX .COM CONTEUDO E TECNOLOGIA LTDA-EPP.

O contrato original tem por objeto contratação de empresa especializada em implantação e prestação de serviços de locação de Softwares, que atendam legislações específicas, em especial os departamentos de Contabilidade Pública, Patrimônio, Portal de Transparência, tudo em conformidade com as especificações técnicas e atendimento à Legislação vigente e às normativas do Tribunal de Contas do estado , de interesse do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Açailândia-IPSEMA.

Observa-se também, que o período de vigência do contrato expira **em 25 de agosto de 2023.**

1. The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. This is essential for ensuring the integrity of the financial statements and for providing a clear audit trail. The records should be kept up-to-date and should be easily accessible to all relevant parties.

2. The second part of the document outlines the procedures for handling cash receipts and payments. It is important to ensure that all receipts are properly issued and that all payments are accurately recorded. This helps to prevent errors and to ensure that the cash flow is correctly reflected in the accounts.

3. The third part of the document describes the process of reconciling the bank statements with the company's records. This is a critical step in the accounting cycle, as it helps to identify any discrepancies and to ensure that the bank balance is correctly stated in the financial statements.

4. The fourth part of the document discusses the importance of regular backups of the accounting data. This is essential for protecting the data in case of a system failure or a security breach. Backups should be performed regularly and should be stored in a secure location.

5. The fifth part of the document outlines the procedures for handling payroll. It is important to ensure that all payroll transactions are accurately recorded and that all payments are made on time. This helps to maintain the trust of the employees and to ensure that the company's financial statements are correctly prepared.

6. The sixth part of the document describes the process of preparing the financial statements. This is a complex task that requires a high level of accuracy and attention to detail. The financial statements should be prepared in accordance with the relevant accounting standards and should be reviewed by a qualified professional.

7. The seventh part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all assets and liabilities. This is essential for ensuring that the balance sheet is correctly prepared and for providing a clear audit trail. The records should be kept up-to-date and should be easily accessible to all relevant parties.

8. The eighth part of the document outlines the procedures for handling fixed assets. It is important to ensure that all fixed assets are properly recorded and that their depreciation is accurately calculated. This helps to ensure that the company's financial statements are correctly prepared and that the value of the fixed assets is correctly reflected in the accounts.

9. The ninth part of the document describes the process of handling taxes. It is important to ensure that all tax obligations are accurately calculated and that all payments are made on time. This helps to avoid penalties and interest charges and to ensure that the company's financial statements are correctly prepared.

10. The tenth part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all income and expenses. This is essential for ensuring that the profit and loss statement is correctly prepared and for providing a clear audit trail. The records should be kept up-to-date and should be easily accessible to all relevant parties.



CNPJ: 11.569.190/0001-89

É o relatório.

Processo: _____
FLS: _____
Rubrica: _____

II. Fundamentação

II.1 Das Considerações Preliminares

De início, cumpre destacar o caráter estritamente jurídico do presente opinativo, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93, ou seja, a análise cingir-se-á à adequação jurídico-formal do procedimento licitatório em apreço aos ditames da legislação correlata.

Assim, considerações de índole técnica, como a escolha de produtos, serviços, projetos, avaliação de preços, avaliação de quantitativos, justificativa da contratação, bem como quaisquer juízos de conveniência e oportunidade envolvidos na contratação, por consistirem no próprio mérito administrativo, são de inteira e exclusiva responsabilidade do órgão consulente e, mais de perto, dos setores técnicos que lhe prestaram auxílio, não cabendo a esta Casa atuar em substituição às suas duntas atribuições.

II.2 - Do Mérito

A autarquia responsável vem justificar a necessidade do aditivo em tela, após ter iniciado a prestação de serviços, objeto da presente dispensa, o qual se trata da contratação de empresa especializada em implantação e prestação de serviços de locação de Softwares, que atendam legislações específicas, em especial os departamentos de Contabilidade Pública, Patrimônio, Portal de Transparência, tudo em conformidade com as especificações técnicas e atendimento à Legislação vigente e às normativas do Tribunal de Contas do estado, de interesse do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Açailândia-IPSEMA.

No caso em tela, verifica-se que a possibilidade da solicitação ora formulada se encontra consubstanciada no artigo 57, II, § 2º da Lei 8666/93 que assim determina:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

II - À prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

§ 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

Endereço: Rua Maranhão nº 1.708-GETAT-Açailândia-MA, CEP 65.930-000.

Telefone (99)99100 8850

E-mail: ipsema@acailandia.ma.gov.br

Analisando o procedimento realizado, verifica-se que o requerimento formulado se restringe a prorrogação de prazo, sem aditamento de seu valor e a possibilidade jurídica resta amparada no art. 57, II, § 2º da Lei 8.666/93. Ademais, nota-se que o mesmo vem sendo cumprido sem qualquer prejuízo à Administração visto que os serviços vêm sendo executados regularmente, conforme atestado pela Presidente desta Autarquia.

Sendo assim, opino pela possibilidade de realização do aditivo requerido, vez que, a situação concreta está devidamente justificada, nos termos do art. 57, II, da Lei 8.666 de 1993.

III. Conclusão

Pelo exposto, restrita aos aspectos jurídico-formais, esta Assessoria Jurídica opina pelo prosseguimento do feito. Preenchidos os requisitos legais, consoante à fundamentação supra, **não haverá óbices ao aditamento contratual.**

É como opino, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise jurídica desta Assessoria Jurídica.

Este parecer contém 03 (três) laudas, todas rubricadas pelo signatário.

Encaminhem-se os autos à Presidente para conhecimento e adoção das providências cabíveis. Ressalto que a autoridade administrativa deverá zelar pela correta condução do processo administrativo submetido a exame, sendo de sua inteira responsabilidade a observância às normas legais de regência e às recomendações constantes do opinativo.

Salvo melhor entendimento,

É o Parecer.

Açailândia/MA, 16 de agosto de 2023.

Raimundo Fonseca Santos
Assessor jurídico
OAB- 9126/MA
Port. 008/2021- IPSEMA

The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that proper record-keeping is essential for the integrity of the financial system and for the ability to detect and prevent fraud. The text also mentions the need for regular audits and the role of independent auditors in ensuring the reliability of financial statements.

In addition, the document highlights the significance of transparency and accountability in financial reporting. It states that stakeholders, including investors and the public, have a right to know how their money is being managed. This requires the implementation of robust internal controls and the adoption of international best practices for financial reporting.

The document also addresses the challenges faced by financial institutions in the digital age. It notes that while technology offers new opportunities for innovation and efficiency, it also introduces new risks, such as cyber threats and data privacy concerns. Therefore, it is crucial for institutions to invest in cybersecurity and to ensure that their data handling practices are fully compliant with relevant regulations.

Finally, the document concludes by reiterating the commitment to high standards of financial integrity and ethical conduct. It calls for continued collaboration between regulators, industry participants, and the public to ensure a stable and trustworthy financial system for the future.